



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ESHILEY SALES DE OLIVEIRA
MARIA AMÉLIA ARAÚJO DE LIMA
VANDECLEI ARAUJO DE LIMA**

**ACESSIBILIDADE CURRICULAR E METODOLÓGICA PARA A INCLUSÃO
ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

CARACARAÍ-RR

2026

**ESHILEY SALES DE OLIVEIRA
MARIA AMÉLIA ARAÚJO DE LIMA
VANDECLEI ARAUJO DE LIMA**

**ACESSIBILIDADE CURRICULAR E METODOLÓGICA PARA A INCLUSÃO
ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA EAD. Sob a orientação da
Professora Dra. Joelma Fernandes de
Oliveira.

CARACARAÍ-RR

2026

ACESSIBILIDADE CURRICULAR E METODOLÓGICA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ESHILEY SALES DE OLIVEIRA¹
MARIA AMÉLIA ARAÚJO DE LIMA²
VANDECLEI ARAUJO DE LIMA³

1 eshileysalesdeoliveira@gmail.com

2 ameliaaraujo.lima14@gmail.com

3 vandecleiaraujodelima@gmail.com

RESUMO - A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige a adoção de acessibilidade curricular e metodológica que contribua para a participação, aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. Diante do exposto, o trabalho tem por objetivo geral analisar as produções científicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES sobre acessibilidade curricular e pedagógica voltadas à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e como objetivos específicos: realizar levantamento bibliográfico das publicações disponíveis no portal de periódicos da CAPES que tratam sobre acessibilidade curricular e metodológica para a inclusão de alunos autistas, analisar as principais abordagens pedagógicas apresentadas nas publicações e como elas se relacionam com as necessidades específicas dos alunos autistas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, desenvolvida a partir do levantamento e da análise de publicações científicas relacionadas à temática. O questionamento que norteou essa pesquisa foi: como a produção científica disponível no Portal de Periódicos da CAPES tem abordado a acessibilidade curricular e pedagógica para a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Os resultados evidenciaram a existência de 04 estudos voltados à inclusão de estudantes autistas, destacando estratégias pedagógicas capazes de contribuir para a promoção de práticas educacionais mais inclusivas. Por fim, concluiu-se que não existe uma metodologia única capaz de atender às necessidades de todos os alunos com TEA.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Acessibilidade Curricular. Acessibilidade Pedagógica.

ABSTRACT – The school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) requires the adoption of curricular and methodological accessibility measures that foster these students' participation, learning, and development. Given this context, the study aims to analyze scientific literature available on the CAPES Journal Portal regarding curricular and pedagogical accessibility for the school inclusion of students with ASD. Its specific objectives are to conduct a bibliographic survey of publications on the portal addressing curricular and methodological accessibility for the inclusion of autistic students, and to analyze the main pedagogical approaches presented in these publications and how they relate to the specific needs of autistic students. This is a qualitative bibliographic study based on the survey and analysis of scientific publications related to the topic. The research was guided by the following question: how has the scientific literature available on the CAPES Journal Portal addressed curricular and pedagogical accessibility for the school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD)? The results identified four studies focused on the inclusion of autistic students, highlighting pedagogical strategies capable of contributing to the promotion of more inclusive educational practices. Finally, the study concluded that there is no single methodology capable of meeting the needs of all students with ASD.

KEYWORDS: Autism Spectrum Disorder. School Inclusion. Curricular Accessibility. Pedagogical Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se como um dos princípios fundamentais da educação contemporânea ao defender o direito de todos os estudantes ao acesso, à participação e à aprendizagem no ensino regular, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. A Educação Inclusiva, diferente da Educação Especial, não se limita a um atendimento separado, mas abarca todos os indivíduos que necessitam de atenção especial, criando um ambiente que oportunize o desenvolvimento de todos.

Nesse contexto, destaca-se a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que apresentam características e necessidades educacionais diversificadas. Embora muitos desses estudantes acompanhem satisfatoriamente as atividades escolares, outros necessitam de recursos, estratégias e práticas pedagógicas que considerem suas especificidades. Dessa forma, a promoção da acessibilidade curricular e pedagógica torna-se essencial para favorecer a participação, a comunicação, a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes, respeitando suas potencialidades e seus diferentes ritmos de aprendizagem.

A escolha do tema justifica-se pela crescente presença de estudantes com TEA nas escolas e pela necessidade de compreender como a produção científica tem abordado estratégias que contribuam para uma inclusão escolar efetiva. Considerando que cada estudante apresenta características particulares, torna-se indispensável conhecer práticas pedagógicas, recursos acessíveis e metodologias que auxiliem os professores na organização do ensino e na construção de ambientes educacionais mais inclusivos.

Diante do exposto, surgiu o seguinte questionamento: como a produção científica disponível no Portal de Periódicos da CAPES tem abordado a acessibilidade curricular e pedagógica para a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Para responder a essa questão, foi definido o seguinte objetivo geral: analisar as produções científicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES acerca da acessibilidade curricular e pedagógica voltada à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada

uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, desenvolvida a partir do levantamento e da análise de publicações científicas relacionadas à temática.

O trabalho está dividido em: referencial teórico, onde são abordados o Transtorno do Espectro Autista – TEA e a inclusão, acessibilidade curricular e pedagógica para estudantes com TEA; metodologia, onde se apresenta o tipo de pesquisa, os procedimentos metodológicos e o local da pesquisa; em seguida, trata-se dos resultados e da discussão do trabalho; e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transtorno do Espectro Autista – TEA e a Inclusão

“O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio nas funções do neurodesenvolvimento que pode interferir na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento” (CEARÁ, 2025). Essa definição está em consonância com Araújo et al. (2019), que destacam que o diagnóstico deve seguir critérios definidos internacionalmente, mediante avaliação clínica e utilização de instrumentos validados, considerando a heterogeneidade das manifestações do transtorno.

A diversidade das manifestações do TEA também é destacada por Soares et al. (2024), que afirmam que o transtorno pode variar de diversas formas dependendo do nível de desenvolvimento e da idade do indivíduo, podendo haver atraso na interação social, na linguagem comunicativa, nos jogos simbólicos ou imaginários. Vale ressaltar que nem todos os indivíduos com TEA apresentam atraso em todas as áreas de desenvolvimento, mas, em pelo menos uma ou, em alguns casos, não está presente.

Em decorrência dessa heterogeneidade, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado em diferentes níveis de suporte, que indicam o grau de apoio necessário para que a pessoa consiga desempenhar atividades da vida diária, comunicar-se, interagir socialmente e lidar com as demandas do ambiente. Conforme os critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR, descritos por Oliveira (2026), o TEA é organizado em três níveis de suporte.

O Nível 1, denominado "necessita de apoio", corresponde aos indivíduos que apresentam dificuldades na comunicação social e na interação com outras pessoas, além de comportamentos restritos e repetitivos que interferem em seu funcionamento cotidiano. Embora consigam desenvolver maior autonomia, necessitam de apoio leve para organizar atividades, estabelecer relações sociais, adaptar-se a mudanças na rotina e participar das diferentes situações do contexto escolar.

O Nível 2, classificado como "necessita de apoio substancial", caracteriza-se por déficits mais evidentes na comunicação verbal e não verbal, dificuldades significativas de interação social e comportamentos repetitivos que interferem de maneira mais intensa no desempenho das atividades diárias. Nesses casos, o indivíduo necessita de suporte frequente para participar das atividades escolares, compreender instruções, comunicar suas necessidades e adaptar-se às mudanças do ambiente.

Por sua vez, o Nível 3, definido como "necessita de apoio muito substancial", corresponde aos casos em que as dificuldades na comunicação social são severas, havendo grande comprometimento da autonomia e intensa presença de comportamentos restritos e repetitivos. As pessoas classificadas nesse nível necessitam de apoio intensivo e contínuo para a realização das atividades cotidianas, para a comunicação e para sua participação nos diferentes contextos sociais e educacionais (OLIVEIRA, 2026).

Cabe destacar que os níveis de suporte não representam a capacidade intelectual ou o potencial de aprendizagem da pessoa com TEA, mas indicam a intensidade do apoio necessário para favorecer sua participação e desenvolvimento. Além disso, esses níveis podem sofrer alterações ao longo da vida, conforme as intervenções realizadas, o desenvolvimento individual e as condições do ambiente em que a pessoa está inserida (OLIVEIRA, 2026).

As características do TEA repercutem diretamente no contexto escolar. Nesse sentido, Pedrosa et al. (2018) afirmam que “o ensino escolar para os portadores do TEA representa um desafio contemporâneo para os educadores e familiares, uma vez que as alterações neuropsiquiátricas afetam as áreas de comunicação e comportamentos restritos e repetitivos”.

A necessidade de garantir uma educação inclusiva também é destacada por Bianchi et al. (2023), que afirmam que, entre os diversos desafios enfrentados pelas famílias, destaca-se a efetivação da inclusão educacional das crianças com TEA. E completa seu pensamento dizendo que

A inclusão educacional da criança com TEA é uma atividade coletiva que não depende apenas da família e dos educadores para que ocorra da melhor maneira no âmbito escolar. Faz-se necessária uma maior aceitação da deficiência por toda sociedade, e sendo fator primordial que as autoridades responsáveis busquem trabalhar com projetos de leis que visam assegurar os direitos das pessoas com autismo, fazendo com que esses projetos sejam colocados de fato em prática no dia a dia social (BIANCHI et al., 2023, p.4)

A defesa da educação inclusiva encontra respaldo em diversos dispositivos legais brasileiros e internacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seus artigos 58 a 60, que a Educação Especial constitui uma modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular, assegurando aos estudantes com deficiência serviços de apoio especializado, recursos pedagógicos e professores qualificados para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996).

Em âmbito internacional, o Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em igualdade de oportunidades, vedando qualquer forma de exclusão em razão da deficiência (BRASIL, 2009).

Esse direito foi fortalecido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e determina que as instituições de ensino promovam adaptações razoáveis, recursos de acessibilidade e medidas individualizadas capazes de garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2015).

Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025 e atualizada pelo Decreto nº 12.773/2025, reforçou o compromisso do Estado com a educação inclusiva ao

estabelecer diretrizes para a organização dos sistemas de ensino, ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), fortalecer a atuação colaborativa entre os profissionais da educação e assegurar a elaboração de documentos pedagógicos individualizados para os estudantes público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2025a).

Porém, mesmo que a responsabilidade pela inclusão dos estudantes com TEA seja compartilhada entre família e escola, sua efetivação depende igualmente do compromisso do poder público na implementação das políticas educacionais e da sociedade na eliminação das barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem desses estudantes.

Assim, a existência de uma ampla base legal representa um importante avanço para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, porém sua efetividade está diretamente relacionada à implementação das políticas públicas, à formação dos profissionais da educação e ao compromisso coletivo com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

2.2 Acessibilidade Curricular e Pedagógica Para Estudantes com TEA

A acessibilidade curricular para estudantes, público-alvo da Educação Especial (PAEE), “é um aspecto essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa” (VARGAS, 2024). Nessa perspectiva, Silva et al. (2020) destacam que dentre as acessibilidades mais comuns está a modificação de tarefas, em que se sugere que sejam quebradas em etapas menores para facilitar a compreensão (SILVA et al., 2020).

Ao discutir a implementação da acessibilidade curricular, Vargas (2024) ressalta que, além da acessibilidade das atividades, as estratégias de ensino também devem ser flexibilizadas. Essa compreensão aproxima-se do posicionamento de Albuquerque (2017), ao afirmar que adaptar currículos para todos os alunos não é considerada uma tarefa fácil para nenhum professor, principalmente para aqueles que lidam com estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE). Assim, ambos os autores defendem que a construção de um currículo acessível demanda planejamento, comprometimento e constante aperfeiçoamento profissional.

Para Rodrigues et al. (2025), a aprendizagem dos estudantes com TEA é favorecida quando o ensino considera suas necessidades individuais. Nesse contexto, os autores apontam que práticas como a observação das particularidades do aluno, a escuta e o acolhimento familiar desempenham papel importante na acessibilidade do ambiente escolar e no fortalecimento da inclusão. Essa compreensão complementa as discussões de Vargas (2024) e Albuquerque (2017), ao demonstrar que a acessibilidade curricular somente se concretiza quando o planejamento considera as características individuais dos alunos.

A necessidade de individualização do ensino também é evidenciada por Costa e Bastos (2025), ao defenderem o Plano de Ensino Individualizado (PEI) como um instrumento construído de forma colaborativa entre professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e família.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), embora não mencionasse expressamente o PEI, estabeleceu que o Atendimento Educacional Especializado deveria identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Esse entendimento foi reforçado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que determinou aos sistemas de ensino a adoção de medidas individualizadas e adaptações razoáveis para assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes (BRASIL, 2015). Assim, entre 2008 e 2025, o PEI constituiu-se como um instrumento recomendado para orientar o planejamento pedagógico individualizado.

A institucionalização do Plano Educacional Individualizado ocorreu com a publicação do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, posteriormente alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. A partir dessa atualização normativa, o art. 12 passou a estabelecer a obrigatoriedade da elaboração de documento individualizado de natureza pedagógica, como o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI), derivados do estudo de caso e com atualização contínua. O decreto também determina que esses documentos integrem o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das instituições

de ensino e orientem as ações desenvolvidas na sala de aula comum, no Atendimento Educacional Especializado e na articulação entre os profissionais envolvidos no processo educativo (BRASIL, 2025b).

Battistello et al. (2024), definem o PEI como “um documento norteador das práticas pedagógicas além de servir como base para a elaboração do parecer pedagógico descritivo, que geralmente é solicitado para os alunos com deficiência devido às suas especificidades”. Battistello et al. (2024), destacam ainda que:

Esses documentos podem ser muito úteis para os profissionais que atendem o aluno, tanto no âmbito da escola quanto fora dela, pois contêm o registro das atividades realizadas com o discente, as competências e as habilidades que já desenvolveu e também as dificuldades que apresenta. O problema é que, muitas vezes, esses documentos não são elaborados e, além disso, é comum que, quando feitos, fiquem arquivados sem uma funcionalidade na vida escolar do aluno (BATTISTELLO et al., 2024, p.5).

Nesse sentido, destaca-se a importância do PEI como instrumento de acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno. Dessa forma, esses registros devem ser constantemente atualizados, consultados e utilizados como ferramentas de planejamento e tomada de decisões, contribuindo para a promoção de práticas pedagógicas mais eficazes e de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Sobre a acessibilidade curricular e pedagógica, Albuquerque (2017), enfatiza que “são propostas usadas para estimular uma aprendizagem sem erros”, mas para isso

[...] é necessário assegurar que sejam seguidas certas normas como: assegurar a motivação, apresentar as atividades somente quando a criança atende, e de forma clara; apresentar trabalhos cujos requisitos já foram realizados antes e que se adaptam bem ao nível evolutivo e às capacidades da criança, aplicar expressões de ajuda e adaptar reuniões visando um vínculo entre todos os envolvidos na turma (ALBUQUERQUE, 2017, p.8).

As orientações apresentadas por Albuquerque (2017) reforçam que a acessibilidade curricular não depende apenas da flexibilidade dos conteúdos, mas da organização de todo o processo pedagógico. Ao destacar aspectos como motivação, clareza das atividades, adequação ao nível de desenvolvimento do estudante e

fortalecimento das relações interpessoais, o autor evidencia que pequenas mudanças na prática docente podem reduzir barreiras à aprendizagem e favorecer a participação dos estudantes com TEA.

O uso de metodologias diversificadas constitui uma importante estratégia para promover a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar (PINHEIRO; OPPELT, 2024). Entende-se por metodologias diversificadas o conjunto de estratégias, recursos, técnicas e práticas pedagógicas planejadas para atender às diferentes necessidades, ritmos e formas de aprendizagem dos estudantes, favorecendo sua participação ativa no processo educativo.

Em uma perspectiva inclusiva, essas metodologias possibilitam a flexibilização das práticas de ensino, permitindo que o currículo seja adaptado às características individuais dos alunos, respeitando suas potencialidades e dificuldades (MANTOAN, 2015). Para os estudantes com TEA, essa diversidade metodológica é essencial, pois considera aspectos relacionados à comunicação, à interação social, ao processamento sensorial e às diferentes formas de aprendizagem, contribuindo para reduzir barreiras que possam comprometer sua participação e desenvolvimento escolar.

Nesse contexto, Pinheiro e Oppelt (2024) defendem que práticas pedagógicas diversificadas favorecem a participação dos estudantes com TEA, enquanto Pinto et al. (2024) complementam essa discussão ao destacar as Tecnologias Assistivas como recursos que ampliam as possibilidades de interação com o ambiente de aprendizagem, favorecendo a comunicação, a autonomia e o acesso aos conteúdos escolares. Dessa forma, observa-se que a adoção de diferentes estratégias metodológicas amplia as possibilidades de ensino, promove a equidade no processo educativo e contribui para a construção de ambientes escolares mais acessíveis e inclusivos.

Entre as metodologias que vêm ganhando destaque na educação inclusiva está o ensino colaborativo. Essa abordagem caracteriza-se pela atuação conjunta entre o professor da sala comum e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que compartilham a responsabilidade pelo planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas (MENDES et al., 2018).

Diferentemente de um modelo em que o professor do AEE atua isoladamente, o ensino colaborativo pressupõe uma relação de parceria, em que ambos os profissionais planejam estratégias, adaptam materiais, compartilham conhecimentos e definem intervenções que favoreçam a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

O principal objetivo do ensino colaborativo é garantir que todos os estudantes participem das atividades escolares em condições de equidade, respeitando suas necessidades educacionais e potencializando suas capacidades. Nesse modelo, o professor da sala comum é responsável pelo desenvolvimento do currículo para toda a turma, enquanto o professor do AEE oferece suporte técnico-pedagógico, sugerindo adaptações curriculares, recursos de acessibilidade, estratégias metodológicas e tecnologias assistivas que possibilitem a participação efetiva dos estudantes com deficiência.

Além de promover a aprendizagem, o ensino colaborativo contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo ao estimular a convivência entre alunos com e sem deficiência, fortalecer as relações interpessoais, desenvolver atitudes de respeito à diversidade e reduzir barreiras pedagógicas, sociais e atitudinais que ainda dificultam a efetivação da educação inclusiva (MENDES et al., 2018). Assim, essa metodologia constitui uma importante estratégia para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com TEA na escola regular.

As dificuldades encontradas pelos professores também são discutidas por Silva et al. (2020), que apontam que muitos docentes ainda encontram obstáculos para planejar práticas pedagógicas acessíveis, concentrando-se, frequentemente, no diagnóstico da deficiência em vez das estratégias que podem favorecer a aprendizagem. Esse resultado converge com as discussões de Vargas (2024) e Albuquerque (2017), ao evidenciar que a efetivação da acessibilidade curricular depende diretamente da formação docente e da capacidade de selecionar metodologias adequadas às necessidades de cada estudante.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa tem como abordagem a pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a interpretação e compreensão dos estudos selecionados, permitindo analisar as acessibilidades curriculares e pedagógicas voltadas à inclusão escolar de educandos com Transtorno do Espectro Autista.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em materiais já publicados, especialmente artigos científicos. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O caráter descritivo da pesquisa decorre do propósito de identificar, descrever e analisar as estratégias de acessibilidade curricular e pedagógica presentes na literatura científica. De acordo com Gil (2002), “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

3.2 Procedimentos metodológicos

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da CAPES. A busca foi realizada utilizando os descritores: autismo, inclusão de autistas, acessibilidade curricular para autistas e metodologias para a inclusão de alunos autistas.

Utilizando o descritor “autismo”, foram encontrados 3.897 trabalhos. Em seguida, aplicou-se o filtro referente ao período de publicação entre 2020 e 2026, no qual foram encontrados 2.150 estudos. Delimitando a área de busca para ciências humanas,

obtiveram-se 1.272 trabalhos. Por fim, ao selecionar apenas produções nacionais, permaneceram 792 resultados.

Com o descritor “inclusão de autistas” foram encontrados 90 resultados. Após a aplicação dos filtros referentes ao período de 2020 a 2026, à área de Ciências Humanas e às produções nacionais, permaneceram 41 estudos.

Utilizando o descritor "acessibilidade curricular para autistas", considerando os mesmos critérios de busca, foram encontrados 9 trabalhos. Já com o descritor "metodologias para a inclusão de alunos autistas", foram localizados 4 estudos.

Ao final das buscas, foram identificados 846 trabalhos. Na primeira etapa da seleção, realizou-se a leitura dos títulos, sendo excluídos os estudos que não apresentavam relação direta com a temática, restando 62 trabalhos. Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos, reduzindo o quantitativo para 32 estudos. Posteriormente, realizou-se a leitura da introdução e da metodologia dos artigos, permanecendo 19 trabalhos para leitura na íntegra. Após essa análise, foram selecionados 4 artigos que atenderam aos objetivos da pesquisa fazendo parte dessa pesquisa

Os critérios de inclusão contemplaram estudos nacionais, publicados entre os anos de 2020 e 2026, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES e que abordassem acessibilidades curriculares e metodológicas voltadas à inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Foram excluídos os trabalhos que tratavam do autismo em outros contextos, que não abordavam a inclusão escolar ou que não apresentavam estratégias de acessibilidade curricular e metodológica.

Após a seleção, os artigos foram analisados por meio de leitura integral, buscando identificar as acessibilidades curriculares e metodológicas propostas, bem como suas contribuições para a inclusão escolar e para o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA.

3.3 Local da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista. A busca dos estudos foi

realizada no Portal de Periódicos CAPES, plataforma que reúne periódicos científicos nacionais e internacionais de diversas áreas do conhecimento. Para a composição do corpus da pesquisa, foram considerados apenas estudos publicados entre os anos de 2020 e 2026, desenvolvidos no contexto nacional e relacionados diretamente ao tema investigado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Descrição dos Artigos Seleccionados

Com base nos critérios estabelecidos para a direção dessa pesquisa, foram selecionados 04 estudos para a análise. Os trabalhos apresentam exemplos de metodologias que podem ser utilizadas para a inclusão de alunos com TEA.

O primeiro artigo de Silva et al. (2022), intitulado “Meditações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar”, tem por objetivo analisar o processo de inclusão do aluno autista e a importância do papel do docente no ensino-aprendizagem desse estudante. A metodologia trata-se de uma revisão de literatura, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. Os autores utilizaram artigos científicos, dissertações e livros localizados nas bases Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

O segundo trabalho de Santos et al. (2023) tem por título “Inclusão da criança autista em sala de aula”. Seu objetivo foi discutir estratégias e práticas que podem ser utilizadas para a inclusão da criança autista em sala de aula, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso às diferenças. O trabalho é uma revisão bibliográfica. Os autores realizaram buscas nas bases PubMed, Scopus e Web of Science, selecionando artigos publicados nos últimos dez anos em português e inglês. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram analisados 50 artigos científicos.

Guerra e Suassuna (2023), o terceiro artigo analisado, tem por título “Inclusão da criança com transtorno do espectro autista no ambiente escolar – desafios da comunicação alternativa e ampliada: revisão sistemática”. O objetivo do trabalho foi identificar os desafios da inclusão de crianças autistas, apresentando pontos essenciais da comunicação alternativa e ampliada no ambiente escolar para a inclusão do aluno

com TE. Para a pesquisa, foi realizada uma revisão sistemática da literatura. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando descritores relacionados ao autismo, à inclusão escolar e à comunicação alternativa. Foram considerados artigos publicados entre 2018 e 2022, resultando na seleção de nove estudos para análise.

O quarto e último trabalho, de Paiva e Carneiro (2024), intitula-se “ética discursiva, inclusão do autismo e inteligência artificial: uma proposta de aplicativo”. Seu objetivo foi propor a criação de um aplicativo baseado na ética do discurso, como um recurso de inclusão e informação sobre o autismo em sala de aula. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, composta por levantamento bibliográfico e pela elaboração de um aplicativo denominado UniAutismo: Conectando Mentes. Após a revisão da literatura, o aplicativo foi desenvolvido por estudantes do ensino médio e testado em três escolas do município de Martins (RN), sendo posteriormente analisados seus resultados

Com a análise das pesquisas selecionadas, foi possível identificar quatro eixos temáticos: Metodologias de ensino para alunos com TEA; Estratégias e acessibilidades curriculares em sala de aula; Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) como recurso de inclusão; e uso da Inteligência Artificial como tecnologia assistiva.

4.2 Acessibilidade Curricular e Pedagógica para a Inclusão de Estudantes com TEA

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar que a literatura tem direcionado suas discussões para estratégias de acessibilidade curricular e pedagógica de modo a garantir que alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) participem, aprendam e se desenvolvam plenamente. Embora cada pesquisa apresente propostas distintas, observou-se convergência quanto à necessidade de flexibilizar o currículo e adaptar as práticas pedagógicas às necessidades individuais dos estudantes, sem reduzir os objetivos de aprendizagem.

Entre as estratégias mais citadas nos estudos, destacam-se a flexibilização das atividades, a utilização de recursos visuais, a organização da rotina escolar, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), as Tecnologias Assistivas e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Esses recursos possuem finalidades

específicas, porém todas buscam o mesmo resultado: diminuir as dificuldades que atrapalham a comunicação, a participação e o acesso ao currículo pelos estudantes com TEA.

Esses resultados corroboram Vargas (2024), ao defender que a acessibilidade curricular constitui um elemento essencial para garantir uma educação de qualidade, bem como Albuquerque (2017), que ressalta que as práticas pedagógicas devem contemplar as necessidades dos estudantes sem comprometer seu processo de aprendizagem.

No que tange aos recursos pedagógicos, verificou-se que aqueles voltados ao apoio da comunicação e da compreensão das atividades escolares foram os mais recorrentes entre os estudos analisados. Recursos como imagens, pictogramas, agendas visuais, pranchas de comunicação, gestos, símbolos gráficos e tecnologias digitais foram apontados como ferramentas capazes de estimular a interação, ampliar a autonomia e facilitar a compreensão da rotina escolar.

A recorrência desses recursos mostra que as dificuldades para se comunicar estão entre os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes com TEA, justificando a ênfase dada pelos pesquisadores ao desenvolvimento de estratégias que favoreçam sua participação efetiva no ambiente escolar.

Outro aspecto recorrente refere-se à importância da organização do ambiente escolar. A acessibilidade não se resume apenas a mudar o conteúdo, mas também a criar condições para que todos possam participar das atividades com as mesmas oportunidades. Nesse sentido, ações como a redução de estímulos sensoriais excessivos, a previsibilidade das rotinas e a utilização de recursos visuais contribuem para tornar o ambiente mais acessível, favorecendo a aprendizagem e a permanência dos estudantes com TEA.

Essa perspectiva aproxima-se das discussões de Santos et al. (2023), ao demonstrar que a inclusão escolar não depende apenas da flexibilização curricular, mas também da eliminação das barreiras presentes no ambiente escolar, permitindo maior participação dos estudantes nas atividades propostas.

Neste estudo, adota-se a concepção de flexibilização curricular como um processo de reorganização do currículo, das estratégias pedagógicas, dos recursos

didáticos e das formas de avaliação, com o objetivo de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, sem descaracterizar os objetivos essenciais do currículo (MANTOAN, 2015). Diferentemente da adaptação curricular, que envolve modificações específicas voltadas às necessidades de determinado estudante, e da adequação curricular, geralmente relacionada a ajustes nos procedimentos, recursos ou formas de avaliação para favorecer a aprendizagem, a flexibilização curricular possui caráter mais amplo, contemplando mudanças no planejamento pedagógico e na organização do ensino para atender à diversidade presente na sala de aula.

Embora exista consenso entre os autores de que é fundamental flexibilizar o ensino e utilizar diferentes recursos pedagógicos, os estudos analisados apresentam enfoques distintos. Alguns destacam metodologias já consolidadas na educação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), como a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), o programa TEACCH, o Picture Exchange Communication System (PECS) e a Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis – ABA). Essas abordagens buscam promover a comunicação, a autonomia, a organização das atividades e o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas dos estudantes.

Outros estudos, por sua vez, evidenciam o potencial das tecnologias digitais e da Inteligência Artificial como recursos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem. Essas ferramentas podem tanto auxiliar o professor no planejamento e na personalização das atividades pedagógicas quanto contribuir para a conscientização da comunidade escolar sobre o autismo, favorecendo a construção de ambientes mais acessíveis, acolhedores e inclusivos.

Essa diversidade demonstra que não existe uma única metodologia capaz de atender às necessidades de todos os estudantes, sendo necessário que o professor selecione e adapte as estratégias conforme as características de cada aluno e o contexto em que está inserido, ou seja, os estudos não apresentam metodologias concorrentes, mas complementares, pois cada uma atende a diferentes dimensões do processo de inclusão escolar, como comunicação, interação social, organização da rotina, autonomia e planejamento pedagógico.

Nesse sentido, o professor assume papel central na construção de práticas inclusivas, uma vez que cabe a ele selecionar, adaptar e combinar estratégias pedagógicas de acordo com as características dos estudantes e as condições do contexto escolar. Essa compreensão aproxima-se das discussões de Rodrigues et al. (2025), ao defenderem a individualização do processo de ensino e aprendizagem, e de Pinheiro e Oppelt (2024), que destacam a utilização de metodologias diversificadas como elemento fundamental para a construção de práticas inclusivas.

Apesar das contribuições identificadas, a análise também revelou algumas lacunas na produção científica sobre a temática. Observou-se que a maior parte dos estudos descreve estratégias de acessibilidade curricular e pedagógica, porém não apresenta evidências sobre sua aplicação prática no cotidiano escolar ou analisa os resultados obtidos com sua implementação.

Dessa forma, a revisão evidencia que a produção científica nacional tem avançado na proposição de estratégias de acessibilidade curricular e pedagógica para estudantes com TEA. Entretanto, ainda há necessidade de ampliar pesquisas que investiguem a aplicação prática dessas estratégias e seus impactos no desenvolvimento dos estudantes, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas cada vez mais inclusivas.

4.3 Formação Continuada dos Docentes

A análise dos estudos evidenciou que a formação continuada dos professores constitui um dos principais fatores para a efetivação da acessibilidade curricular e pedagógica de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Independentemente das estratégias propostas, todos os trabalhos analisados apontam que a preparação docente é condição essencial para que as práticas inclusivas sejam implementadas de forma planejada e adequada às necessidades dos estudantes. Diante desse contexto, Santos et al. (2023), destaca que

É importante que os professores estejam preparados para receber crianças autistas em suas salas de aula, compreendendo as especificidades do TEA e adotando estratégias e práticas inclusivas. A formação continuada dos professores e o uso de ferramentas e recursos adaptados às necessidades das crianças autistas podem contribuir para a construção de um ambiente

educacional mais inclusivo e respeitoso às diferenças (SANTOS et al., 2023, p.2424).

O pensamento de Santos et al. (2023) corrobora os achados de Silva et al. (2022), quando as autoras enfatizam que o professor necessita de formação continuada para atender às especificidades dos alunos, visto que “ainda há ausência de conhecimento mais específico sobre o TEA e essa realidade ainda é nova para os professores”. Esse resultado confirma as discussões apresentadas por Vargas (2024), ao defender que a acessibilidade curricular exige professores capazes de identificar as necessidades individuais dos estudantes e selecionar estratégias adequadas ao processo de ensino e aprendizagem.

Essa compreensão aproxima-se dos achados de Rodrigues et al. (2025), que destacam a individualização do processo de ensino-aprendizagem e a observação das necessidades específicas dos estudantes como competências que precisam ser desenvolvidas pelos professores durante sua formação.

Guerra e Suassuna (2023) enfatizam que a preparação dos professores se inicia com as informações familiares dos alunos e segue com os cursos de capacitação, “que ofertam mecanismos e técnicas que facilitam o processo individual de cada aluno”.

Ao destacar a importância das informações fornecidas pela família e dos cursos de capacitação, Guerra e Suassuna (2023) ampliam a compreensão sobre a formação docente, demonstrando que ela não se restringe ao domínio de metodologias, mas envolve também o conhecimento da realidade, das características e das necessidades de cada estudante.

Para Paiva e Carneiro (2024), a formação continuada dos professores é uma necessidade de entender o mundo tecnológico em que vivemos hoje, visto que o professor contemporâneo precisa desenvolver competências que ultrapassam o conhecimento sobre o TEA, incluindo também a utilização crítica de recursos tecnológicos que possam favorecer a comunicação, a aprendizagem e a inclusão dos estudantes.

As análises mostram que todos os artigos analisados reforçam a formação continuada dos professores, destacando que a efetividade das acessibilidades

curriculares depende do conhecimento do docente sobre o Transtorno do Espectro Autista e das estratégias de ensino voltadas para esse público.

Assim, a formação docente constitui um dos principais desafios para a consolidação da educação inclusiva, pois a ausência de conhecimentos específicos limita a implementação das práticas pedagógicas propostas pela literatura. Ao mesmo tempo, os estudos revelam a necessidade de ampliar pesquisas que investiguem quais modelos de formação continuada produzem maiores impactos na prática pedagógica e na aprendizagem dos estudantes com TEA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado tem por objetivo analisar as produções científicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES acerca da acessibilidade curricular e pedagógica voltada à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Diante das análises realizadas, foi possível responder ao questionamento da pesquisa, pois foi evidenciado diante da revisão bibliográfica que existem produções científicas que apontam diferentes estratégias de acessibilidade curricular e metodológica capazes de favorecer a inclusão escolar dos estudantes com TEA desde que planejadas de acordo com suas necessidades individuais e com as condições do ambiente escolar.

Entre as principais estratégias identificadas destacam-se a flexibilização curricular, a utilização de recursos visuais, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), a organização da rotina escolar, o uso de Tecnologias Assistivas, de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), bem como metodologias como TEACCH, PECS e ABA. Os estudos também evidenciaram que essas estratégias produzem melhores resultados quando planejadas de acordo com as necessidades individuais dos estudantes e as condições do ambiente escolar.

Assim, a análise dos artigos selecionados demonstrou que não existe uma metodologia única capaz de atender às necessidades de todos os alunos com TEA, evidenciando que a inclusão escolar depende da combinação de diferentes acessibilidades curriculares, recursos pedagógicos acessíveis e estratégias

metodológicas capazes de favorecer a comunicação, a participação, a autonomia e a aprendizagem.

Diante da pesquisa, notou-se um número reduzido de estudos encontrados sobre a temática, considerando os critérios estabelecidos nesta pesquisa. Embora existam diversas publicações relacionadas ao autismo e à educação inclusiva, poucos trabalhos apresentam especificamente as acessibilidades curriculares e metodológicas aplicadas ao contexto escolar. Esse resultado revela que ainda há lacunas na produção científica sobre o tema, especialmente em relação a pesquisas que apresentem e avaliem estratégias pedagógicas desenvolvidas na prática escolar.

O estudo contribui para a divulgação de estratégias inclusivas que podem subsidiar a prática docente, incentivar reflexões sobre a formação de professores e fortalecer a construção de ambientes educacionais mais acessíveis e comprometidos com o direito à educação de todos os estudantes.

Como limitações desta pesquisa, destacam-se a realização das buscas exclusivamente no Portal de Periódicos CAPES, a delimitação do período entre 2020 e 2026, a seleção apenas de produções nacionais e os critérios de inclusão adotados, fatores que podem ter restringido o número de estudos analisados. Assim, os resultados apresentados refletem esse recorte metodológico e não esgotam a produção científica existente sobre a temática.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem as bases de dados consultadas e que investiguem a aplicação prática das acessibilidades curriculares e metodológicas em diferentes contextos educacionais.

Além disso, são necessários relatos de experiência e pesquisas de intervenção que analisem a efetividade de estratégias como a Comunicação Alternativa e Ampliada, o TEACCH, o PECS, a ABA, as Tecnologias Assistivas e os recursos baseados em Inteligência Artificial, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Thiago Henrique de Assis. **Adaptação curricular de crianças autistas: o que pensam os professores?** Trabalho de Conclusão de Curso

(graduação em Psicopedagogia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2017.

ARAÚJO, Liubiana Arantes de *et al.* **Transtorno do Espectro do Autismo**. Manual de Orientação. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Nº 05, abril de 2019.

BATTISTELLO, Viviane Cristina de Mattos; MARTINS, Rosemari Lorenz; LISBOA, Elise Ribas. **Inclusão De Alunos Com Autismo Em Sala De Aula E O Plano Educacional Individualizado (PEI)**. Revista Linguagem, Educação e Sociedade -LES, v. 28, n.57, 2024.

BIANCHI, Vilma Aparecida; LEPRE, Rita Melissa; CAMPANHARO, Adriana Silveira. **A Inclusão Escolar De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista (TEA)**. SciELO Preprints, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5565/10772>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 2025a.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 2025b.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CEARÁ (Estado). **Tudo o que você precisa saber sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Cartilha-TEA. Ceará: Ministério Público do Estado do Ceará, 2025.

COSTA, Cinthia Serrão de Vasconcelos; BASTOS, Jaqueline Mendes. **Práticas pedagógicas e desafios docentes: a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no cotidiano da sala de aula na E.M.E.I.F. Profª Maria Valda Braga Valente de Cametá-PA.** Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v.22, n.13, p. 01-21. 2025.

GUERRA, Iane Alves; SUASSUNA, Maria Aparecida Ferreira Menezes. **Inclusão da criança com transtorno do espectro autista no ambiente escolar - desafios da comunicação alternativa e ampliada:** revisão Sistemática. Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, 10 (único): 495-507, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

OLIVEIRA, Bethânia Vernaschi de. **Adaptações curriculares na educação infantil:** estratégia para a inclusão de crianças com TEA. dissertação de mestrado (Educação Inclusiva). Universidade Estadual De Maringá. Maringá, PR: UEM, 2026.

PAIVA, Bárbara Gabriella da Silva; CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **Ética discursiva, inclusão do autismo e inteligência artificial:** uma proposta de aplicativo. LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 11, ed. especial, p. 1-14, e-7376, nov. 2024.

PEDROSA, Débora Helen Alves et al. Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar. **Revista Científica Semana Acadêmica.** Fortaleza, ano MMXVIII, n. 000144, 2018.

PINHEIRO, Carina Cristiane; OPPELT, Camila Quevedo. **Estratégias pedagógicas para inclusão de alunos com transtornos do espectro autista:** uma pesquisa Bibliográfica. Cadernos da Fucamp, v. 38, p. 1-15. 2024.

PINTO, Jacyguara Costa *et al.* **A adaptação do currículo escolar para alunos com transtorno do espectro autista:** metodologias e práticas de ensino personalizadas. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v.9, 2024.

RODRIGUES, Gisela Dayra Bezerra *et al.* **Adaptações curriculares para estudantes com Autismo: estratégias da ação docente.** Cuadernos De Educación Y Desarrollo, v.17, n.7, p. 01-18, 2025.

SANTOS, Adelcio Machado dos *et al.* **Inclusão da criança autista em sala de aula.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023.

SILVA, Maria Fabiana Araújo da *et al.* **Meditações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar.** Research, Society and Development, v. 11, n. 1, e36011124835, 2022.

SILVA, Raiane Rosa dias Leite; SANTIAGO, Cinthia Brenda Siqueira; OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça. **A inclusão do aluno autista: um estudo sobre as adaptações curriculares.** Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, v. 3, n. 3, 2020.

SOARES, Isadora Veras Araújo *et al.* **Transtorno do espectro autista:** aspectos clínicos e epidemiológicos. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences. Volume 6, Issue4, 2024.

VARGAS, Aline Maria Ramos de Oliveira. **Adaptação Curricular Para Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais.** GEI – gênero e Interdisciplinaridade. Vol. 05 - n 06 - ano 2024.

YOVIO, Franciely Barbosa; COUTINHO, Marilângela Silva de Oliveira; SANTANA, Franchys Marizethe Nascimento. **A relevância da formação continuada para a inclusão de alunos autistas nos anos iniciais do ensino fundamental:** estratégias e práticas eficazes. Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural. Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024.